

NOVO PARAÍSO: ESTIGMA E SEGREGAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA REALIDADE URBANA

**Thalita Aguiar Siqueira 1,
Marcelo de Mello 2**

1 (Pós- graduanda do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado
(TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

2 (Professor da Universidade Estadual de Goiás(UEG) - orientador).

Resumo: Observando a sociedade contemporânea é possível perceber realidades em que a desigualdade social é revelada territorialmente. A pesquisa aqui apresentada analisou o processo de segregação residencial manifestado no espaço urbano. Tal processo tem sua origem atrelada ao movimento que culminou com a Revolução Industrial. Desde então, segmentos sociais foram alocados compulsoriamente em espaços destituídos de equipamentos e serviços básicos. Nesse contexto, teorias foram elaboradas para explicar o processo segregador. Existem diferentes tipos de segregação: fundada em classes sociais, etnias, nacionalidade, por motivos religiosos, de gênero. A segregação residencial reflete a organização das classes sociais, em que a distribuição da renda influencia na escolha do local de moradia. Notadamente, a segregação residencial é um processo histórico que chama atenção por seu caráter espacial e sua relação com a diferenciação de classes sociais. A presente pesquisa verificou como o processo segregador se estabeleceu no Bairro Novo Paraíso, em Anápolis (GO). Um bairro vinculado à necessidade de abrigar pessoas portadoras de hanseníase fora do perímetro urbano da cidade.

Palavras-chave: Espaço urbano. Segregação residencial. Classes sociais. Hanseníase.

Introdução

A segregação é um processo que advém das desigualdades presentes na sociedade. Assim, faz-se necessário entendê-la no contexto do modo de produção capitalista que produz e reproduz uma sociedade de classes. São vários os tipos de segregação presentes no espaço urbano, a presente pesquisa se debruçou sobre a segregação residencial.

Ao longo da pesquisa investigamos a realidade do Bairro Novo Paraíso, em Anápolis (GO). Um bairro marcado pela segregação, desde sua origem, vinculada à necessidade de abrigar pessoas portadoras de hanseníase fora da área central da cidade.

Assim apresentamos uma análise do conceito de segregação residencial presente nos discursos da Geografia contemporânea brasileira, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam a discussão a respeito da segregação residencial, o papel dos agentes produtores do espaço urbano e os padrões gerados pela segregação residencial no espaço urbano.

A segregação é um tema que está diretamente ligado às questões urbanas e aos processos sociais presentes no bojo da sociedade capitalista, repercutindo na estrutura espacial

da cidade. Esse processo é produto de uma sociedade dividida em classes sociais, o que é de fundamental importância para a compreensão da estruturação do espaço urbano.

A segregação se dá por diversos motivos. No caso do Novo Paraíso, o corpo pode ser entendido como um elemento privilegiado no que se refere à exclusão, gerando até mesmo a invisibilidade dos indivíduos, que são privados de todos os seus direitos, até mesmo da convivência com seus familiares.

Apesar de a segregação ser bastante discutida pela Geografia Urbana, ainda se faz necessário novos estudos, pois o processo de segregação residencial é responsável por gerar padrões espaciais na organização da cidade. Portanto, é importante entender esse processo, principalmente no que tange ao pensamento geográfico: devido a sua importância no entendimento da sociedade urbana atual. No Novo Paraíso vigora uma questão de saúde pública que se transformou em exclusão e estigmatização de pessoas que deveriam receber maior atenção da sociedade.

Diante da discussão apresentada, foram propostos os seguintes questionamentos: Quais pressupostos teóricos e metodológicos têm fundamentado a ciência geográfica nas investigações do fenômeno da segregação residencial? Existe uma relação estreita entre a segregação residencial e a organização espacial das classes sociais? Quais agentes produtores do espaço urbano estão diretamente ligados à segregação residencial? Como avaliar a reprodução de estigmas e a perpetuação da segregação residencial no Novo Paraíso em Anápolis (GO)?

O principal objetivo deste trabalho é analisar o conceito de segregação residencial produzido pela Geografia, apresentando, para tanto, a realidade do Bairro Novo Paraíso em Anápolis (GO).

Referencial Teórico

O estudo dos processos sociais é fundamental para o entendimento das dinâmicas do espaço urbano. Nesse sentido, o presente estudo está centrado no processo de segregação residencial, mais especificamente, nas contribuições que a Geografia contemporânea tem oferecido para a compreensão deste intrincado fenômeno.

Com referência aos conceitos e categorias privilegiados no curso do processo investigativo, destacamos: o Espaço urbano, a Cidade, a Segregação e a Segregação residencial. No que se refere à Geografia contemporânea, Santos (2002) esclarece que a ciência geográfica deve se preocupar com o futuro, a fim de dominá-lo, e fazer com que ele pertença a todos os homens, fazendo da Geografia uma ciência do homem.

O autor apresenta a possibilidade de criação de uma nova Geografia, pois o homem passou a reconhecer, no espaço por ele criado, as marcas de perversidades sistêmicas promotoras de mazelas de diversas naturezas. Diante de tal constatação, o geógrafo pode realizar uma análise superficial da realidade ou ir fundo nas investigações das contradições materializadas espacialmente.

É importante frisar que o espaço é um produto socialmente produzido por uma sociedade dividida em classes sociais. O espaço produzido é alterado para beneficiar a sociedade ou uma parcela dela, de acordo com os interesses dos agentes envolvidos. Como o solo urbano é convertido em espaço-mercadoria, é fundamental avaliar como o acesso a tal produto é garantido ou limitado (SANTOS, 2002).

De acordo com Corrêa (2005), o espaço urbano, como produto social no contexto do modo de produção capitalista, é caracterizado pelos diferentes usos do solo. Tais usos definem a existência de áreas residenciais, áreas industriais, dentre outras. Assim, os diversos usos do solo urbano orientam as formas e os conteúdos da cidade.

No que se refere à organização espacial da cidade, vigora a ação de forças simultâneas que articulam e fragmentam seu espaço. Por esta razão, a cidade se apresenta como um conceito importante para o entendimento das dinâmicas inseridas no processo de segregação residencial.

Vale ressaltar que a cidade antecede o processo de industrialização. Após a ascensão capitalista, ela ganha novas dimensões no que se refere a sua participação no processo produtivo. Neste sentido, há uma expansão da cidade e o conseqüente surgimento das metrópoles.

Segundo Villaça (2001), na metrópole brasileira há segregações das mais variadas naturezas: de classes sociais, etnias, nacionalidades; sendo as relacionadas às classes sociais as que predominam nas cidades brasileiras. Para ele, a segregação é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” (VILLAÇA, 2001, p.142).

Diante dos processos segregadores apresentados por Villaça, torna-se nítido que a segregação residencial possui uma especificidade, pois trata da configuração espacial da cidade e, especificamente, da questão da moradia; sendo uma expressão espacial das classes sociais e dos diversos tipos de segregação.

Souza (2010) aborda a segregação residencial a partir de um conjunto de problemas. Para o geógrafo, trata-se de um fenômeno urbano que ocorre com mais intensidade nas grandes cidades. O referido autor aponta a segregação residencial como sendo

o resultado de vários fatores: como a pobreza, o racismo, as diferenciações espaciais em termos de infraestrutura; ressaltando, desta forma, que “a segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades [...], ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos.” (SOUZA,2010, p.84).

A segregação urbana se manifesta, espacialmente, através das classes sociais, ou seja, por meio da renda. As pessoas com alta renda ficam com as terras mais caras e as de baixa renda com as mais baratas, originando no espaço da cidade o surgimento de habitações de alto padrão e, simultaneamente, conjuntos habitacionais de interesse social, o que acaba gerando padrões na organização do espaço urbano, sendo o padrão mais conhecido de segregação na metrópole brasileira o do centro X periferia¹ (VILLAÇA, 2001).

Lojkine (1997) apresenta como exemplo de segregação urbana: a oposição do preço do solo entre o centro e a periferia, a separação por zonas de moradias das classes de alta renda das que possuem renda mais baixa e das zonas especializadas.

Os tipos de segregação urbana, apresentados por Lojkine (1997), nos levam a pensar a segregação na seguinte perspectiva: a segregação voluntária, ou auto segregação, e a segregação involuntária. A primeira parte da iniciativa do indivíduo, a segunda o é imposta.

O espaço é um produto social oriundo de uma sociedade de classes. Nesse sentido, ele é alterado para beneficiar uma minoria: constituindo o espaço-mercadoria, (CORRÊA, 1995). O espaço-mercadoria é produzido por diferentes agentes que definem uma organização espacial: os proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção, o Estado e os agentes sociais excluídos. A ação desses agentes, responsáveis por construir uma organização espacial na cidade origina a segregação e, por conseguinte, os padrões espaciais anteriormente citados (CORRÊA, 1995).

No caso do Novo Paraíso, a sociedade segregou indivíduos doentes, que produziram seu território marcado pela pobreza, pela doença e pelo isolamento. E mesmo após as possibilidades de cura da hanseníase, os estigmas se perpetuam e a pobreza ainda hoje é uma realidade no bairro.

¹ Atualmente a relação centro x periferia é mais complexa, a periferia se tornou heterogênea podendo abrigar empreendimentos caros, enquanto o centro que antes abrigava estes empreendimentos passa a ter áreas desvalorizadas. A esse respeito ver (ARAÚJO; OLIVEIRA; CHAVEIRO, 2011).

Metodologia

A fim de compreender melhor o nosso objeto de estudo, lançamos mão de uma pesquisa teórica centrada no método do materialismo histórico dialético, realizada através de técnicas de coleta de dados e dos seguintes passos metodológicos:

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica, consultando autores que trabalham os conceitos e categorias anteriormente citados. Posteriormente, foram elaborados instrumentos para a comparação de ideias defendidas por esses autores.

Em seguida, foram realizadas visitas no Bairro Novo Paraíso, para confrontar a teoria e fazer a coleta de dados através da aplicação de questionários. Após este momento, foi feito a análise e interpretação dos dados coletados no campo e na pesquisa bibliográfica.

Desta forma, apresentamos o processo histórico que forjou o conceito privilegiado na presente pesquisa: segregação. Ressaltando os desdobramentos deste conceito que devem ser destacados na análise dos complexos cenários produzidos e reproduzidos socialmente, tomando como exemplo o caso do bairro Novo Paraíso.

Resultados e Discussões

A sociedade contemporânea é marcada por uma expressiva diversidade. Esta característica pode ser percebida de diferentes maneiras. Ao observarmos a diversidade socialmente territorializada, podemos, analisar a questão da segregação, com ênfase em sua dimensão residencial.

Como questão relevante, evidenciamos que o espaço urbano é marcado por uma valorização diferencial de seu solo. A distinção valorativa promove uma restrição nas possibilidades de aquisição de bens. Isto porque a renda é uma variável definidora no processo de compra de uma mercadoria: como é o caso da moradia. Assim, de acordo com a renda, haverá uma variação nas formas das habitações: tanto numa dimensão unitária de uma casa, com em uma perspectiva do ordenamento espacial em que várias moradias foram construídas.

Para Carlos (2007), à medida que os sujeitos sociais, através de suas ações, produzem sua existência, produzem espaço. No espaço realizam as relações sociais e reproduzem vida. Ao se apropriar do mundo e reproduzir espaços, assumem a condição meio e produto de reprodução social.

O espaço urbano é marcado por complexidades econômicas e sócio-espaciais². Neste sentido, a segregação residencial pode ser percebida como um processo importante para o entendimento das dinâmicas do espaço.

A ciência geográfica contemporânea é marcada pelo desenvolvimento de diversos ramos. No rol de distintas perspectivas geográficas, os estudos das questões urbanas apresentam expressivo destaque, por meio de pesquisas que contemplam a sociedade atual.

O mundo hodierno é profundamente complexo, sendo caracterizado por relações urbanas em que os homens ocupam diferentes lugares: seja na dimensão de um espaço concretamente ocupado ou na perspectiva de distintos segmentos sociais. Nesta perspectiva, homens exercem diferenciados papéis na sociedade, sendo responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano.

No contexto de consolidação do modo de produção capitalista, o espaço urbano adquiriu lugar privilegiado. Sua organização é originária de processos desencadeados a partir da associação de agentes econômicos representados pelo Estado Burguês. Ainda no início da estruturação das cidades medievais, as chamadas corporações de ofício segregavam os trabalhadores no espaço conforme o papel do trabalhador no processo produtivo.

Ao analisar o processo segregador, podemos destacar elementos fundamentais, como a renda. Contudo, existem elementos secundários a serem considerados, como o corpo, o medo e a moral, que contribuem para o aumento da intensidade deste processo.

Ao levarmos em consideração o elemento corpo como segregador a hanseníase deve ser analisada no caso do Novo Paraíso. A hanseníase é uma enfermidade que assombrou a humanidade por séculos. Inúmeros relatos de diferentes épocas descrevem o caminho percorrido por enfermos contaminados por este “mal”. Segundo Foucault (1978, p.7), “a partir da alta idade média, e até o final das cruzadas, os leprosários tinham multiplicado por toda a superfície da Europa suas cidades malditas.” Os leprosários sempre foram vistos como locais obscuros onde o mal reinava. E este mal deveria ser combatido na perspectiva ditada pela Igreja medieval.

Entre a realidade analisada pelo filósofo francês e o registro da hanseníase no Brasil, temos o transcurso de mais de dois séculos. Mesmo passados todo este tempo, o cenário permaneceu: a degradação física e social do leproso/hanseniano. Maciel (2014, p.15) esclarece que:

² Para Souza (2015, P.16), o sócio-espacial com hífen qualifica não apenas o “espacial”, mas considera também as relações sociais. Desta forma ao longo deste trabalho utilizaremos a palavra “Sócio-espacial”.

A hanseníase é uma doença milenar, associada às condições de pobreza e higiene precárias, que ainda se constitui um relevante problema de saúde no Brasil, onde é considerada de caráter endêmico. O Brasil, atualmente, está em segundo lugar no *ranking* mundial em número de casos constatados de hanseníase.

No caso brasileiro, há um agravante: o descaso dos governantes que não possuem um comprometimento com a erradicação desta doença, que esta associada diretamente à pobreza e a falta de infraestrutura; bem como de serviços básicos e condições de higiene. (MACIEL, 2014)

Em Anápolis, a hanseníase está vinculada ao processo de segregação sócio-espacial. Esta afirmação pode ser compreendida quando consideramos que o Bairro Novo Paraíso é produto da necessidade do acolhimento de hansenianos pela Igreja Católica. Assim, a Igreja Católica acabou assumindo uma tarefa do Estado. A ausência dos serviços e equipamentos públicos necessários ao enfrentamento da enfermidade acaba perpetuando este cenário.

Outra entidade importante nesse contexto é o MOHAN- Movimento de Reintegração das pessoas Atingidas pela Hanseníase, o Mohan é uma entidade sem fins lucrativos onde suas atividades são voltadas para a eliminação da hanseníase e cujo um de seus núcleos se localiza no Novo Paraíso.

Segundo Silva e Salomon (2011, p.1), "no Brasil, a aliança entre política e pedagogia médica pode ser observada no início do século XX, mas é na política nacionalista de Getúlio Vargas após 1930 que ela se fortalece." E é a partir do processo de integração do sertão que nota-se a medicalização da Lepra em Goiás (Silva e Salomon, 2011). Mas ainda assim os resultados não são satisfatórios.

Mesmo a hanseníase sendo uma doença passível de prevenção, no Brasil a proliferação da hanseníase é classificada como endêmica. Além disso, seus portadores continuam sendo atingidos pelos estigmas da lepra, como é o caso do Novo Paraíso. Segundo Maciel (2014, p.17)

O estigma é um componente fundamental no fenômeno social da hanseníase e, provavelmente, também, um importante elo da corrente epidemiológica da doença que não vem recebendo a devida importância por parte das três esferas de governo – municipal estadual e federal – e, tampouco, pelos formuladores de políticas públicas, mesmo sabendo que o seu combate é uma das exigências da OMS (2008; 2010; 2013).

A proliferação da doença e o isolamento dos doentes demonstram a ineficácia do enfrentamento oficial à hanseníase. No passado, o isolamento compulsório era o único

tratamento e, na atualidade, o isolamento ainda é uma realidade a ser considerada. Segundo Silva e Salomon (2011, p.4):

A Política médico social, no que concerne à organização de um quadro assistencial e normativo para os problemas da lepra, manifesta-se inserido num projeto de expansão do poder do Estado, com o desenvolvimento de estratégias de disciplinamento social; na prática, enquanto o Estado ainda não se apresentava como mediador da assistência sanitária de sua população leprosa era por meio da atividade caritativa e filantrópica.

Nesse sentido, as entidades filantrópicas têm um papel fundamental no tratamento da doença, visto que o Estado não se dá ao trabalho de prestar assistência adequada aos doentes, agravando ainda mais o processo de segregação.

O que aconteceu na Europa na Idade Média se repete séculos mais tarde no Estado de Goiás: o medo da lepra toma conta da sociedade e medidas segregam os leprosos para fora do perímetro urbano. Nesse sentido, o corpo é o elemento de segregação. O indivíduo que não se encaixa em padrões sociais de moral e ética deve pagar um alto preço por sua desobediência. E para não se verem presos e isolados de seus familiares não resta outra opção a não ser buscar um lugar que os aceite, mesmo que este lugar seja desprovido de condições favoráveis para a sua ocupação.

Estes aspectos marcam o início do bairro Novo Paraíso, em Anápolis (GO): onde até os dias atuais o estigma da lepra se faz presente. Além da questão da doença, os moradores do bairro sofrem por outros fatores inerentes a segregação residencial; a baixa renda, a falta de infraestrutura, preconceitos, falta de inclusão social. Nota-se que a questão histórica perpassa os diversos períodos e permanece agregando aspectos negativos a questão da segregação. O descaso e o isolamento, mesmo que em menor intensidade, ainda são características do bairro.

Os dados que comprovam as afirmações acima foram coletados entre os dias 16/07/2016 e 26/07/2016. Estes foram aplicados de forma intercalada nas quadras do bairro, abrangendo, desta forma, todo o território. Foram aplicados 50 questionários, cada questionário é composto por 22 questões, que consideraram dados: caracterização dos respondentes, dados socioeconômicos, a avaliação da qualidade da infraestrutura do bairro, a situação do domicílio e a percepção dos moradores do Novo Paraíso em relação aos outros bairros. Estes dados possibilitaram a obtenção de respostas às questões levantadas por esta pesquisa, sendo possível, a partir deles, identificar a segregação sócio-espacial.

Desta forma, analisamos como o conceito de segregação residencial foi inserido nos discursos científicos da Geografia; bem como levantamos o caminho percorrido pelo conceito de segregação residencial ao longo da história do pensamento geográfico.

E, por fim, identificamos a relação existente entre os moradores de Novo Paraíso com os demais moradores da cidade, configurando certo isolamento, o que contribui para o aprofundamento e perpetuação do processo segregador.

Conclusão

O espaço urbano é, notadamente, marcado por complexidades, o que instiga investigações científicas sobre os mais variados temas. A segregação é um tema recorrente nos estudos sobre o espaço urbano e, ainda assim, gera indagações passíveis de investigações e discussões, tanto no âmbito acadêmico como nas esferas que regem a vida em sociedade.

Ao longo da pesquisa, consideramos que a segregação deve ser percebida como um processo histórico. Essa condição demanda, no âmbito da ciência, uma evolução conceitual, oferecendo pressupostos teóricos metodológicos para a análise da problemática a qual nos detivemos.

Destacamos, também, ao longo da pesquisa, o papel dos agentes produtores do espaço urbano na gestão dos processos de segregação residencial; bem como sua interferência na produção do espaço. Tais agentes estão ligados diretamente a este processo; seja em sua ação direta ou indireta no espaço urbano, ou na reação frente ao que lhes é imposto, como no caso dos agentes sociais excluídos. Estes agentes são os responsáveis pela geração de padrões espaciais nas cidades. Em Anápolis não é diferente; portanto, é possível perceber que a ação de agentes hegemônicos estabelece a segregação sócio-espacial.

Ao apresentar a realidade do bairro Novo Paraíso, destacamos que a segregação residencial esta ligada a diversos outros fatores como a saúde, que, nesse caso, se torna um elemento segregador. Ao longo deste trabalho, objetivamos levantar o caminho percorrido pelo conceito de segregação, a fim de criar bases para compreensão da realidade encontrada no bairro Novo Paraíso.

O Novo Paraíso tem sua origem da necessidade de se abrigar os portadores de hanseníase fora da área central da cidade. Observa-se que sua origem tem fundamento na segregação, pois as pessoas eram expulsas da cidade sem direito algum, sendo obrigadas a morar em lugares sem o mínimo de condições, além dos estigmas que perpassam décadas e persistem, demonstrando que a segregação passa de geração em geração.

A área onde se encontra o Novo paraíso é uma área de vulnerabilidade ambiental, as casas são precárias e a falta de infraestrutura básica é evidente. A renda das famílias é baixa, pois o subemprego é a única forma de garantir seu sustento. A violência é constante e o isolamento pelo qual as famílias ainda vivem evidenciam a gravidade do processo segregador no Bairro.

Apesar de todos os aspectos negativos encontrados no Novo paraíso, verificou-se que já se busca uma maneira de se fazer intervenções no bairro por parte da prefeitura municipal, essas intervenções buscam além da regularização fundiária a melhoria da infraestrutura do local, foi possível observar que a ferrovia norte e sul já gerou impactos positivos para a melhoria da estrutura espacial do bairro.

Referências

CARLOS, A.F.A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade: São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em:<<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>> Acesso em: 12/04/2016.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: PERSPECTIVA, 1978.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACIEL, R. M. T. **De leprosários e preventórios à hanseníase tem cura**: saldos de um passado que insiste em existir 2014. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2014.

MOHAN. Disponível em<<http://www.morhan.org.br/>> Acesso em: 10/12/2016

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, L. F; SALOMON, M. J. A lepra em Goiás (1920-1937): as instituições filantrópicas e a pedagogia do isolamento. In: *VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Conpeex*, Goiânia. 2011. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/doutorado/trabalhosdoutorado/doutorado-leicy-francisca.pdf>> Acesso em: 05/08/2016.

SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.